

RECURSO ADMINISTRATIVO

A

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - RJ

Av. Alberto Braune, 225

Bairro: Centro

Nova Friburgo / RJ

Fone: (22) 2525-9100 – 2525-9101

E-mail: pregaoeletronico.friburgo@gmail.com

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90163/2025

DATA: 10/02/2026

HORÁRIO: 10:00

ITEM Nº: 01

ILUSTRÍSSIMO SENHOR (A) PREGOEIRO (A)

A **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA**, já qualificada nos autos em epígrafe, vem, tempestivamente, por seu representante legal, perante V. Sa., interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** com as inclusas razões, com fundamento no art. 11, XVII, do Decreto nº 3.555/00 c/c art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02, expondo e requerendo o que segue:

DOS FATOS

A ora recorrente participou do certame em referência, cujo objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA EQUIPAR A SECRETARIA DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURAR SUAS SUBSECRETARIAS VINCULADAS**.

Todavia, tal desclassificação foi indevido, eis que a licitante **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA** atendeu ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, como restará fartamente demonstrado a seguir.

DA DECISÃO DO RECURSO E CONTRARRAZÃO DA 1ª SEÇÃO

Análise técnica da Prefeitura

“III) DA ANÁLISE TÉCNICA

Em atendimento ao princípio do julgamento objetivo e considerando a natureza técnica das alegações apresentadas no recurso, os autos foram submetidos à análise da área técnica competente, a qual se manifestou de forma fundamentada acerca dos pontos controvertidos.

No que se refere ao requisito de gabinete, a área técnica consignou que, embora não exista norma técnica formal que estabeleça critérios rígidos para a classificação entre “mini-torre” e “mid-tower”, os padrões usualmente adotados no mercado indicam que gabinetes do tipo mid-tower possuem dimensões superiores, especialmente no que se refere à altura, geralmente acima de 40 cm. No caso concreto, o equipamento ofertado apresenta altura aproximada de 35,4 cm, situando-se em faixa dimensional tipicamente associada a gabinetes compactos (mini-torre), o que indica possível não aderência ao padrão exigido no edital.

Ademais, o próprio descritivo técnico do fabricante classifica o equipamento como “mini-torre”, reforçando a necessidade de observância ao instrumento convocatório. Quanto às baias, a análise técnica apontou que a descrição apresentada pode gerar dúvida interpretativa, especialmente quanto à distinção entre baias de 3,5” e 2,5”.

Considerando a possibilidade de compatibilidade estrutural e a ausência de comprovação técnica conclusiva em sentido contrário, entendeu-se que tal ponto, isoladamente, não é suficiente para caracterizar descumprimento inequívoco das exigências editalícias.

No tocante às certificações ISO 7779 e ISO 9296, a área técnica destacou que, embora o edital exija sua apresentação, é possível admitir, em tese, a comprovação por equivalência técnica, desde que demonstrado o atendimento à finalidade da exigência. No caso em análise, o laudo técnico apresentado, baseado em metodologia reconhecida, foi considerado apto a demonstrar o desempenho acústico do equipamento, não sendo este ponto, por si só, suficiente para ensejar a desclassificação.”

Dessa forma, concluiu a área técnica que o questionamento relativo ao gabinete apresenta maior relevância técnica, havendo indícios consistentes de não atendimento ao padrão “mid-tower” exigido no edital, motivo pelo qual recomendou a reavaliação da classificação da proposta à luz desse requisito específico”

Análise e decisão do Pregoeiro

“IV) DAS CONSIDERAÇÕES DA PREGOEIRA

A controvérsia recursal cinge-se à verificação do atendimento às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto ao requisito de gabinete padrão “mid-tower”, o qual se apresenta como elemento objetivo e vinculante da proposta.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o julgamento das propostas deve observar critérios estritamente objetivos previamente definidos no edital, sendo vedada a aceitação de proposta que não comprove, de forma inequívoca, o atendimento às exigências técnicas estabelecidas.

Embora a recorrida sustente o atendimento por equivalência técnica e funcional, verifica-se que tal alegação não se mostra suficiente para afastar a necessidade de comprovação objetiva da aderência ao padrão exigido, especialmente quando a própria documentação técnica do fabricante classifica o equipamento como “mini-torre” e as dimensões apresentadas não se enquadram, com segurança, no padrão usualmente reconhecido como mid-tower. Importante destacar que não se trata de formalismo excessivo, mas de observância a requisito técnico mínimo expressamente previsto no edital, cuja finalidade é assegurar a padronização do objeto e o atendimento adequado às necessidades da Administração.

Admitir a manutenção da proposta nessas condições implicaria flexibilização indevida do instrumento convocatório, em afronta aos princípios da vinculação ao edital, da isonomia e do julgamento objetivo, podendo comprometer a lisura do certame e a seleção da proposta mais vantajosa. Ademais, a dúvida técnica relevante quanto ao atendimento do requisito essencial não pode ser interpretada em favor da proposta, sob pena de a Administração assumir risco indevido quanto à execução”

“V) DA DECISÃO DO PREGOEIRO Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, CONHEÇO do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025 e, no mérito, DOU PROVIMENTO, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida. Isto posto, informo que será agendada a volta de fase e convocação da próxima colocada à negociação de preços do objeto do certame. Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em

<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1511>. Nova Friburgo, 25 de março de 2026. FERNANDA MEDEIROS RORIGUES Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão III Matricula: 468.036”

DO RECURSO

A Recorrente participou regularmente do Pregão Eletrônico nº 90.163/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para aquisição de microcomputadores destinados à estruturação da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos e de suas subsecretarias vinculadas, apresentando proposta técnica em estrita observância às exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

No curso do certame, a proposta inicialmente foi considerada apta, tendo sido posteriormente objeto de reavaliação em sede recursal, ocasião em que a análise técnica passou a questionar especificamente o atendimento ao requisito relativo ao gabinete padrão “mid-tower”, ponto que, ao final, fundamentou a reforma da decisão anteriormente proferida e ensejou a desclassificação da Recorrente.

Conforme se extrai da manifestação da área técnica, não há norma técnica formal que estabeleça critérios objetivos e universalmente aceitos para a distinção entre gabinetes classificados como “mini-torre” e “mid-tower”, sendo expressamente consignado que os parâmetros utilizados decorrem de padrões usualmente adotados no mercado, notadamente no que se refere à altura aproximada do equipamento. Ainda assim, a despeito do reconhecimento da inexistência de padronização normativa, adotou-se como fundamento decisório a premissa de que gabinetes com altura inferior a aproximadamente 40 cm estariam, em regra, associados à categoria “mini-torre”, o que, no caso concreto, teria motivado o entendimento de não aderência ao edital.

Ocorre que tal critério não encontra qualquer previsão no instrumento convocatório, o qual, ao exigir gabinete padrão “mid-tower”, não estabeleceu parâmetros dimensionais mínimos, tampouco vinculou a caracterização do gabinete a métricas específicas de altura, volume ou capacidade estrutural. Dessa forma, a adoção superveniente de parâmetro não previsto no edital representa inequívoca inovação no critério de julgamento, em desconformidade com a exigência legal de objetividade e previsibilidade que rege os procedimentos licitatórios.

Ademais, a decisão recorrida atribuiu relevância à nomenclatura comercial adotada pelo fabricante, que classifica o equipamento como “mini-torre”, como elemento indicativo de não atendimento ao requisito editalício. Todavia, conforme reconhecido pela própria área técnica, inexistente padronização formal que vincule tais denominações a especificações técnicas rígidas, tratando-se, portanto, de classificação mercadológica que não pode ser erigida à condição de critério eliminatório, sob pena de subverter a lógica do julgamento objetivo e transferir ao fabricante a definição do atendimento a requisito editalício.

Importante destacar, ainda, que em outros aspectos técnicos analisados no mesmo contexto — notadamente quanto às baias internas e às certificações acústicas — foi admitida interpretação fundada na equivalência técnica e na finalidade do requisito, reconhecendo-se que a ausência de correspondência literal não implicaria, por si só, descumprimento das exigências do edital. Entretanto, no tocante ao gabinete, adotou-se postura significativamente mais restritiva, desconsiderando a capacidade funcional do equipamento e privilegiando critério interpretativo não previsto no instrumento convocatório, o que evidencia tratamento desigual de situações técnicas análogas.

A decisão da pregoeira, ao afirmar que a dúvida técnica relevante não pode ser interpretada em favor da proposta, acaba por inverter a lógica que deve reger o procedimento licitatório, uma vez que a eventual imprecisão ou ausência de definição objetiva no edital não pode ser utilizada para prejudicar o licitante que apresentou proposta aderente às exigências expressamente previstas. Ao contrário, a Administração encontra-se vinculada aos termos do edital tal como redigidos, não lhe sendo permitido criar ou presumir requisitos adicionais no momento do julgamento.

Nesse contexto, verifica-se que a desclassificação da Recorrente não decorreu de descumprimento técnico efetivamente comprovado, mas sim da adoção de critério interpretativo subjetivo, não previsto no edital e desprovido de respaldo em norma técnica específica, o que compromete a observância dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia e da legalidade, pilares que estruturam o regime jurídico das contratações públicas sob a égide da Lei nº 14.133/2021.

Diante desse cenário, impõe-se a revisão da decisão recorrida, a fim de restabelecer a regularidade do julgamento e assegurar que a análise das propostas se dê estritamente com base nos critérios objetivos previamente definidos, afastando-se interpretações restritivas supervenientes que não encontram respaldo no instrumento convocatório.

Por fim, cumpre ressaltar que a Recorrente reapresenta, nesta oportunidade, registro fotográfico detalhado do gabinete ofertado, com o objetivo de demonstrar de forma inequívoca que, não obstante a nomenclatura comercial adotada pelo fabricante o classifique como “mini-torre”, o equipamento possui características construtivas, estruturais e dimensionais plenamente compatíveis com aquelas reconhecidas no mercado como pertencentes ao padrão “mid-tower”. As imagens ora acostadas evidenciam a capacidade interna, a disposição das baias, o espaço útil para acomodação dos componentes e a arquitetura geral do gabinete, confirmando que o produto atende, em substância, à finalidade técnica pretendida pela Administração, afastando qualquer interpretação restritiva baseada exclusivamente em classificação nominal desprovida de padronização técnica formal.









DO DIREITO

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

“Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

- I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;
- II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.”

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).”

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:
I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.”

“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.”

“V - atendimento aos princípios do Art. 40.

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;”

“§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no [inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei](#), além das seguintes informações:
I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;”

“Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:
II - exigir amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, na fase de julgamento das propostas ou de lances, ou no período de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, desde que previsto no edital da licitação e justificada a necessidade de sua apresentação;”

“Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:
I - contiverem vícios insanáveis;
II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

§ 1º A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.”

“Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;”

“Art. 80. A pré-qualificação é o procedimento técnico-administrativo para selecionar previamente:

I - licitantes que reúnam condições de habilitação para participar de futura licitação ou de licitação vinculada a programas de obras ou de serviços objetivamente definidos;
II - bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela Administração.”

“Do Art. 80.
§ 6º A pré-qualificação poderá ser realizada em grupos ou segmentos, segundo as especialidades dos fornecedores.

§ 7º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, com alguns ou todos os requisitos técnicos ou de habilitação necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.”

“Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:
I - o objeto e seus elementos característicos;
II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;”

CONCLUSÃO:

De acordo com os fatos apresentados acima e em observância ao princípio da vinculação ao edital, requer-se a nossa reclassificação no item 01, uma vez que, mais uma vez comprovamos nosso atendimento as exigências editalícias.

DO PEDIDO

Conforme exposto acima, requer-se o deferimento do recurso apresentado, bem como a manutenção da classificação de nossa empresa para o item 01, com o regular prosseguimento do certame.

Diante de todo o exposto, requer a V. Sa. que sejam conhecidas as razões do presente **recurso**, o que, certamente, resultará na manutenção da classificação de nossa empresa **ARQUIMEDES AUTOMAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA** por medida de justiça, uma vez que, foram plenamente atendidos os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, bem como os demais requisitos previstos no edital.

Todavia, não sendo esse o entendimento de V. Sa., requer-se que os autos sejam remetidos à autoridade superior competente para que, após a devida análise, sejam apreciados e deferidos os pedidos ora formulados.

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 13 de abril de 2026

Arquimedes Automação e Informática Ltda.
Danilo Sérgio Salles Teixeira
CPF: 785.020.126-49
Sócio Diretor